

Senador acusa jornal

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

A nota do senador José Fragelli foi lida cinco minutos depois da leitura, pelo presidente da Câmara Ulysses Guimarães, de outra nota sobre o mesmo tema. O presidente do Congresso chegou ao plenário às 16h50 e interrompeu um pronunciamento do senador Benedito Ferreira (PDS-GO) para ler a nota de repúdio à "campanha contra o Legislativo", conforme explicou.

A nota tem 20 linhas e começa referindo-se à publicação de uma foto no **Jornal de Brasília**, que enfoca um circo armado na praça dos Três Poderes, encobrimdo, no ângulo fotográfico, a cúpula do Senado.

Em seguida, diz que a publicação "se insere no processo de injustificação e insidiosa campanha contra o Congresso Nacional".

O ESTADO

O senador Fábio Lucena, vice-líder governista, interveio no pronunciamento que Itamar Franco fez em seguida para afirmar que existe uma campanha contra o Legislativo com o objetivo de substituir os atuais parlamentares por nomes que atendam aos interesses de grupos econômicos poderosos.

Lamentou o parlamentar que a campanha ocorra exatamente no momento em que os grandes corruptos da Velha República estão sendo levados ao Judiciário, como decorrência das CPIs realizadas pelo Legislativo. Disse não compreender a ação da imprensa, que, "no momento mais duro da ditadura, ajudou a pro-



pagar aquele trabalho do Congresso Nacional".

Afirmou ainda que não é só o Legislativo o atingido, já que "iniciam também uma campanha de desmoralização contra o Judiciário e as Forças Armadas". A propósito, revelou que "estão começando a espalhar pelo Correio os contracheques de oficiais das Forças Armadas, com o objetivo de tentar desmoralizá-los".

Lucena condenou também "certos jornais", especificando, porém, **O Estado de S. Paulo**, que, a seu ver, fomenta conflagrações internas, lançando os nordestinos contra os gaúchos, atribuindo a estes últimos a prática de "panamás".

Segundo o representante amazonense, "o mesmo **O Estado de S. Paulo**, centenário na defesa das liberdades públicas e que sofreu a pior desgraça na ditadura Vargas, a ponto de não contar os quatro anos em que viveu sob intervenção, chama agora, na coluna do jornalista Carlos Chagas, de molecagem e safadeza uma proposta de emenda constitucional em tramitação no Congresso".

O senador perguntou: "Que molecagem? Segundo o jornalista Carlos Chagas, é a emenda Manoel Costa que trata da ampliação dos prazos de desincompatibilização para fins eleitorais".

Adiantou Lucena que ele próprio é contra a proposta e vai votar contra. "Mas, não se trata de uma imoralidade, não é uma indecência, como afirmou o brilhante jornalista Carlos Chagas. Trata-se de uma proposta de emenda constitucional, prerrogativa de qualquer membro do Legislativo, que acatará ou não a iniciativa."

Insistiu o parlamentar que um jornal da responsabilidade de **O Estado**, não pode classificar uma proposta de emenda constitucional de indecência. E disse: "Não sei aonde querem chegar, mas esta é uma campa-

nha insidiosa que atinge subjetiva e objetivamente a instituição".

TV GLOBO

Fábio Lucena afirmou não entender também como a **Rede Globo**, que foi recentemente homenageada com uma sessão solene do Senado, pelos seus reais serviços prestados ao País, possa colocar na boca de um humorista a palavra deputado como sinônimo de vagabundo.

Também em aparte a Itamar, o senador Luiz Cavalcante (PDS/AL) afirmou que as críticas ao Congresso, inclusive a foto do **Jornal de Brasília**, estão produzindo resultados positivos. "Agora, ao invés de cinco ou seis parlamentares nas sessões conjuntas do Congresso, ali comparecem 50, 60 ou mais. Parafraseando Cristo, eu diria: 'Não é o que vem para o Congresso, mas o que sai do Congresso que torna bom ou mau o Congresso aos olhos da Nação'."

CONCESSÃO DE CANAIS

Se o Congresso quiser, a concessão de canais de rádio e televisão dependerá de aprovação da Câmara dos Deputados e não apenas do Executivo, como ocorre atualmente. Será suficiente a aprovação da proposta de emenda constitucional, de iniciativa do deputado Odilon Salmoria (PMDB/SC), já em tramitação e cujo prazo de exame pela comissão mista vai até o próximo dia 13.

A comissão mista é presidida pelo deputado Salles Leite e tem como vice-presidente a senadora Eunice Michiles. O relator, que deve dar parecer até o dia 13, é o senador Alberto Silva, do PMDB do Piauí.

Se a proposta for aprovada pelo Congresso Nacional, não será necessária a sanção presidencial, por se tratar de matéria privativa do Congresso, bastando, no caso, a simples promulgação pelas Mesas do Senado e da Câmara. A promulgação insere automaticamente a emenda no texto constitucional.